

TÍTULO: A construção da identidade dos movimentos de moradia: os limites da participação e a (im)possibilidade de emancipação

André Luiz Teixeira dos Santos
FAU-USP
andrelts1976@gmail.com

A importância do movimento de moradia na produção do espaço

Uma das abordagens recorrentes que se observa nas análises feitas sobre o movimento de moradia passa pela ideia do recuo de uma “prática movimentista”, que se institucionaliza e revela um possível sinal de desmoronamento e fim. Uma sensação de que estão quase “encurralados”, sem alternativas “virtuosas” e que se voltam, cada vez mais, para práticas clientelistas, oportunistas e populistas. O artigo procura redimensionar este posicionamento, enfatizando as contradições, linearidades e discrepâncias nas ações e práticas dos movimentos sociais analisados.

O artigo resgata a visão que os movimentos de moradia possuem de suas principais matrizes discursivas e redimensiona como o fenômeno é observado na atualidade, evidenciando os principais aspectos que encaminharam o papel dos movimentos de moradia para crescente polarização em favor de uma **moradia social digna e definitiva**, que é o elemento central que atualmente congrega e define a identidade dos movimentos de moradia, implicando na própria história de produção do espaço da cidade de São Paulo. Para tal, parte do pressuposto de que o movimento de moradia possui uma atuação que ultrapassa os projetos pontuais viabilizados, em três níveis:

- Diretamente no embate com o Estado: a modificação, rearranjo e criação de programas habitacionais que (re)definem a Política Habitacional;
- Indiretamente na disputa pelo espaço urbano: a redefinição da Política Habitacional direciona a produção do espaço, na mediação que o Estado realiza entre os vários atores que interferem no processo de produção e reprodução do espaço urbano (LEFEBVRE, 1974);
- Cotidianamente, uma vez que os projetos construídos definem novas práticas de apropriação do espaço urbano, no âmbito da moradia, o que constrói novas centralidades e aponta para novas formas de vivência cotidiana para os envolvidos e a própria cidade.

Para tal, o ensaio reconstitui a visão atual que os movimentos de moradia possuem

de seu histórico e formação, articulando com o papel e crescente fragilização atual que assumem na indução da Política Habitacional. Para a discussão da hipótese, o artigo é descritivo, evidenciando a estrutura do fenômeno observada, e organiza-se em três capítulos que (i.) circunstanciam o fenômeno observado e revisitam os principais argumentos da bibliografia sobre o tema, (ii.) resgatam os aspectos formativos e matrizes discursivas principais do movimento de moradia, evidenciadas pelos sujeitos, e (iii.) apresentam o rebatimento de tal formação nas condições atuais de organização dos movimentos de moradia, com reflexos na produção da Política Habitacional e/ou conquista de projetos habitacionais.

O entendimento da história como elemento (re)construído pela memória será uma das premissas que apoiam as considerações do artigo: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.”(BOSI, 1973: 17).

Serão expostos resultados de pesquisa empírica, construída em uma abordagem fenomenológica, através da discussão das práticas cotidianas de apropriação dos espaços constituídos por seus usuários e da vivência das atuais experiências dos sujeitos selecionados, que serão sumarizadas no artigo.

1. A centralidade da identidade na construção da ação coletiva

O movimento de moradia participa, enquanto movimento social, de uma luta pelo **controle social de modelos culturais**, através da construção de um **(T)discurso**, que produz um **(I)dentidade** entre as pessoas envolvidas e delimita-os com relação a seus **(O)ponentes** (TOURAINÉ, 1985).

Os argumentos iniciam-se com uma interpretação que pareceria banal se não fosse a matriz inicial de análise de um movimento social: um dos incentivos à procura do movimento de moradia deve-se à **necessidade**, ou seja, **as condições precárias de moradia das famílias**, representada pela vivência em cortiços, favelas, casas alugadas, pensões, loteamentos clandestinos, a rua ou a própria ausência de moradia. É importante reter o argumento, porque o artigo resgata o caminho entre a necessidade habitacional, que perpassa a vasta maioria da população de São Paulo, e particularidades que definem as pessoas que passam a acompanhar os movimentos sociais.

Sempre é importante frisar, a necessidade não é condição suficiente para definir a insurgência de um movimento social. Não há uma relação direta entre o grau de desfiliação de uma população e a força de suas reivindicações, porque a estrutura do poder político, esta mesma estrutura que consegue sustentar a marginalização e espoliação econômica de grande

parcela da população, também procura garantir a coesão construída, trazendo para a centralidade da análise o processo de produção das experiências (KOWARICK et al., 1975).

Para Sader (1988), os movimentos sociais, nas lutas desenvolvidas nas décadas de 70 e 80, abriram novos espaços políticos, através da reelaboração da experiência cotidiana, propiciando um alargamento do espaço da política. O discurso que se produziu sobre esta (falsa) derrota dos movimentos sociais reverbera na produção acadêmica atual, bem como nos “incentivos” para novas formas de participação social, em um contexto de **revalorização da dimensão institucional**, uma vez que “(...) no próprio processo de erosão do movimento popular, foram liberadas várias energias sócio-políticas e recursos de poder, capazes de compor novas alternativas de participação” (DOIMO, 1997:202).

Uma dos possíveis entendimentos da formação de um movimento social vem da sugestão de Melucci (1980), para quem há um movimento analítico que parte das dimensões individuais de conflito, apontando para conexões com as dimensões de ação coletiva e especificidades de práticas sociais observadas nos movimentos sociais. O autor enfatiza: as dimensões das ações coletivas não são apreendidas em si mesmas, apenas através de um processo de decomposição analítica, não sendo, portanto, um objeto empírico. A ação coletiva, neste processo cíclico, é causa e efeito da mudança, e implicam (i.) luta entre atores sociais pela apropriação e orientação de valores sociais, dentro do qual cada ator é caracterizado por um tipo específico de solidariedade, e (2) inclui todos os tipos de comportamentos de transgressão às normas institucionalizadas no sistema político e dentro das estruturas de relações de classe.

2. O surgimento de um protagonismo: o cotidiano e o movimento de moradia

O capítulo resgata o debate que contextualiza as matrizes discursivas formadoras dos movimentos de moradia da cidade de São Paulo, através da articulação de suas próprias práticas de relação com o Estado, de uma diretividade e tensão entre os polos institucionalização ou autonomização (GOHN, 2000 e DOIMO, 1997). Uma das concepções recorrentes do debate enfatiza a ideia de um “espontaneísmo” ou “autonomia”, imanente à fundação dos movimentos sociais, que é relativizada com os discursos resgatados e ilustra a constituição de novas bases operativas, construídas sob o próprio redimensionamento de três matrizes discursivas (CHAUÍ, in SADER, 1988): a sindical, a marxista e a católica.

O histórico das lutas urbanas decorre do desenvolvimento político do país e de uma nova visão pelo direito de cidadania que confere aos movimentos sociais um papel diferente daquele exercido até aquele momento: “Embora as ocupações de terra e os

movimentos auto-gestionários tenham perspectivas políticas e formas organizativas diferentes, ambos nasceram no bojo de um mesmo processo de debate no seio das organizações populares como alternativas às formas tradicionais de acesso à moradia até então existentes em São Paulo” (BONDUKI, 1987:46).

O resgate dos percursos dos sujeitos entrevistados ilustra possíveis situações de moradia que a população de São Paulo pode se defrontar, porque implica nas diferentes formas e ordenamentos do mercado e denota a própria constituição do espaço da cidade. Conforme exemplificado nos depoimentos, para uma pessoa que chega a São Paulo na década de 70, são os loteamentos clandestinos uma das possibilidades de moradia, assim como para uma família de classe média que passa a apresentar dificuldade de conseguir emprego na década de 80 pode restar apenas morar de favor, e talvez, a pior das condições, para uma ex bóia-fria que vem para São Paulo na década de 90, a errância por porões, casas alugadas, pensões e, finalmente, a rua. Diferentes vivências, um recrudescimento das condições de oferta de moradia em São Paulo, e dois, não um, pontos comuns: a moradia enquanto necessidade e a urgência de luta para sua conquista.

A título de exemplificação, um dos entrevistados é imigrante nordestino, chegou a São Paulo no ano de 1975, com 18 anos de idade, e vai morar na proximidade dos pais de aluguel nos fundos de um lote com 3 moradias, em um loteamento irregular no Jardim Ataliba Leonel. Este loteamento havia sido criado em 1969, com lotes de 7x25, sendo que o lote mínimo que a legislação estabelecia deveria possuir 10x25. Por exemplo, a região possuía 33 loteamentos irregulares decorrentes da prática de apenas uma imobiliária - Ramos de Freitas. Como consequência, o loteamento não conseguia ser legalizado, com a prática de venda de lotes sem escrituras.

O entrevistado introduz um segundo tema: a **ilegalidade**, acompanhada da **ausência de políticas públicas** para estas situações, implicava também na dificuldade de aquisição de melhorias urbanas, como o asfalto, saneamento básico, água e esgoto. E a desinformação era um dos princípios deste tema na “outra” cidade, a “legal”, ilustrando o signo da exclusão urbanística (MARICATO, 2000) como a expressão desta cisão.

O processo descrito correlaciona-se com a emergência do movimento social, através da constituição e ampliação de uma rede de reivindicações na periferia. Vale começar pelas duas observações, porque resumem a virtuosidade do surgimento dos movimentos de moradia (especialmente DOIMO,1997, SADER,1988 e BONDUKI,1987), mas resvalam na ampliação e cristalização de práticas concorrentes, estas mesmas um incentivo que mina as práticas originais:

1. Introdução da temática na vida pública, a temática construía-se na prática das ações, o embate no espaço público, e o aprendizado trazia a ampliação dos temas para todos os participantes:

“Eu fui com um grupo de calouros fazer uma passeata, o pessoal: “Abaixo a carestia!”. Aí o cara ia perguntar: “Pô, mas o quê que é...”(...). O quê que é isso. É movimento de loteamento que ampliou... Aí, aconteceu que lá um cara tinha um irmão na favela, aí a gente foi na favela.”

2. A concorrência e coexistência de diversos movimentos de moradia, porque a virtualidade das práticas dos movimentos sociais não é constante e a inserção em algum movimento de moradia pode significar engano, decepção e “roubo” dos participantes, dada a proliferação de diversos movimentos sociais com diferentes vocações:

“Bom... Então, o quê que acabou acontecendo? O Movimento teve um crescimento e foi acontecendo e foi conquistando. No fim... **E foi sendo instrumentalizado politicamente.** Aí, começaram a surgir o Movimento dos Sem-Terra em toda esquina. (...) que pegavam o dinheiro do pessoal e iam embora. (...). **Daí começaram a aparecer outros Movimentos de compra de terreno. Isso foi dividindo um pouco.**”

Os temas evidenciados introduzem a ideia de que o movimento de moradia formou-se na prática, não havendo uma pauta prévia e formatada de possíveis ações a serem seguidas, implicando na própria conformação atual do movimento de moradia, o papel dos grupos de base, das associações e demais coletivos, ou, como enunciado em uma das falas: “a prática derruba a elaboração”. Os discursos exemplificados revelam a construção de uma identidade e enunciam as matrizes discursivas, ao expressarem divisões e antagonismos, através das experiências vividas: “O discurso que revela a ação revela também o seu sujeito” (SADER, 1988:57). Fala-se do surgimento de um novo sujeito social e histórica, que se define sob a base de instituições que se redefinem e sobre os quais os movimentos se referem - a Igreja, os sindicatos e a esquerda. Para Chauí (In SADER, 1988:11), seria um sujeito novo por três motivos, ao serem um novo sujeito (coletivo), por instaurarem novos lugares políticos (a experiência do cotidiano) e construírem uma prática nova (a criação de direitos a partir da consciência de interesses e vontades próprias).

Uma visão externalizada pelos entrevistados relaciona-se à possibilidade de expressão através de práticas diferenciadas, com a desarticulação dos movimentos de esquerda à época e expressam a existência de uma dinâmica anterior ao surgimento dos movimentos sociais, na década de 70. Relaciona-se à mudança da prática movimentista, de

uma base socialista e comunista, que encontra possibilidade de redirecionamento através das ações nos movimentos sociais da periferia. O tema encontra forte consonância com a bibliografia do Regime Militar sobre a mutilação e destruição da base de esquerda no país, de forma que parte das lideranças agiam dentro de uma lógica de construir as práticas sob temáticas que iam até determinados limites, mitigando a possibilidade de represálias e repressão. Se os discursos revelassem excessivamente as intenções, implicava na fuga da base e a liderança deveria saber o momento correto de avançar um pouco e o momento de discutir coisas mais práticas, relacionadas ao interesse direto da demanda:

“(…) era um pessoal que já pensava, vamos dizer assim, no **famoso sistema socialista**, era um pessoal já com um pensamento já diferente do convencional aí e tentavam já atuar na prática de algumas coisas. Na verdade, nós começamos.”

“A gente não podia se reunir para nada, mas o assunto do loteamento era pretexto (...). De início, era uma luta mais puxada pelo pessoal do PC do B e **era tão antiga a palavra carestia** (...) Então acho que eles achavam umas palavras lá da época e utilizavam... Então **o movimento contra a carestia era muito mais**, mas a palavra carestia tinha uma simbologia.”

Enquanto representação de outra das principais matrizes de surgimento dos movimentos de moradia, destacam-se as práticas da Igreja e lideranças religiosas. Pela visão dos entrevistados, tal correlação é mais forte em algumas regiões, como a Região Leste e Sudeste, e menos presente na origem dos movimentos de moradia de outras regiões, como a Norte e Noroeste. Outra matriz evidencia-se na relação entre os movimentos existentes na década de 70 e 80, como os movimentos populares de saúde, de bairro, contra a Carestia e contra o Desemprego, que representam movimentos “fortes” na época e que serviram de “espelho” à formação do movimento de moradia.

As CEBs introduzem a formatação de organização sob premissas de um **modelo democrático de autogestão** (CAMARGO et alii, 1980), sendo formadas por grupos reunidos em número raramente superior a 50 participantes, organizados a partir de grupos de vizinhança. Para os entrevistados, os temas foram sendo construídos a partir de questões primárias e anteriores ao próprio tema da moradia, como o despejo, o alerta da vivência em áreas de risco ou favelas, a luta pela melhoria de canalização de um córrego, a ausência de luz nas moradias, a necessidade de iluminação pública e temas afins, representações dos coletivos incorporados e que revelavam diferentes situações que compõem o movimento social.

Na visão dos entrevistados, a relação dos movimentos sociais com a Igreja possui dois redirecionamentos principais, que implicaram na separação das práticas. Um primeiro

movimento é externo e representa o acompanhamento da Igreja do próprio “giro” nacional da política, inserindo o PT, a CUT e outros agentes no processo, com a tentativa de redirecionamento para a constituição de um projeto popular, ante a política constituída, da década de 70 e início de 80. O outro movimento é interno e representa a tentativa de estancamento das diretrizes da Teologia da Libertação e seus seguidores através do Vaticano, direcionando a igreja para outras práticas.

Em alinhamento com tal processo, apenas após 1985 as práticas começam a assumir uma feição regional e diferentes demandas começam a ser articuladas, também através do incentivo da Arquidiocese e de toda Igreja, que começam a fazer articulações e reuniões não mais em cada uma das regiões, unindo os grupos, mesmo aqueles com origem mais distanciada das práticas religiosas. Mesmo os grupos com origem paralela, por exemplo, com origem no movimento estudantil ou sindical, polarizam-se sob as induções gerais da Igreja, à época. Historicamente, A Arquidiocese passou a atuar de forma sistemática, direcionando suas ações em favor dos direitos humanos, sob uma consonância de discurso, na visão dos entrevistados, de que o povo precisaria de orientação, estímulo, espaços para reunião e abertura de caminhos.

Destas articulações nascem os primeiros movimentos de moradia de escala regional, e, posteriormente, com escala nacional, representado, por exemplo, pela UMM (União do Movimento de Moradias de São Paulo) e sua representação nacional UNMP (União Nacional de Moradia Popular), o MNLM (Movimento Nacional de Luta por Moradia) e o CONAM (Conselho Nacional das Associações de Moradores). A história que rege cada processo formativo de tais movimentos define, em certa maneira, a própria feição do movimento. O retorno à constituição do movimento, vale frisar, aborda elementos que definem sua formação, pautado nas redes existentes, nas lutas correntes à época de sua formação, e apontam o papel destes “elementos fundadores” na própria continuidade das práticas do movimento de moradia nas discussões que tematizam a garantia de direitos. Recai, por consequência, sobre a própria vinculação de política (no sentido de policy, por ARENDT:1993) à sua própria instrumentalização cotidiana, sob os aspectos de coerção e cooptação, contrapostas às tentativas de cisão e criação de um panorama de participação que ultrapasse tais condições iniciais e sempre presentes.

Os anos seguintes expressam um crescente esvaziamento e fragilização das CEB's e pastorais, com reflexo indireto no recuo e esvaziamento do papel articulador que o movimento de moradia conseguiu alcançar no período de sua formação, refletindo na capacidade de agregação de novos sujeitos e alcance dos atos e ocupações. Ao mesmo tempo,

o redirecionamento das ações das pastorais para áreas mais fragilizadas, como as atuações junto ao MDDF (Movimento em Defesa dos Direitos dos Favelados). O afastamento das pastorais relaciona-se à opção do movimento de moradia de alinhamento com a política e o excessivo atrelamento e envolvimento partidário e os próprios aspectos negativos que carreavam a proposta de formação do PT:

“Eu acho que tem dois movimentos (...) um externo à igreja e um interno. O externo à igreja acho que é um movimento da política nacionalmente, mas e aí você junta PT, você junta o que foi a CUT, você junta todo um projeto que se construiu popular e que foi se institucionalizando, então eu acho que esse giro que vai dando a Igreja também vai dando esse giro, entende? (...) E o interno é que a Igreja também deu uma trancada nisso, né? (...) uma política via Vaticano de barrar a Teologia da Libertação.”

A visão dos entrevistados, confronta-se com abordagens presentes no debate acadêmico, que vêem com isenção a “saída” e “redirecionamento” da Igreja, fazendo quase parte de um planejamento estratégico e definidor dos processos criados pelas CEB’s desde sua criação (MARTINS, 2000), e não um embate, com uma polarização dos movimentos sociais para um processo de (re)construção da democracia e (re)estabelecimento de canais de participação, por fim, como pontua Doimo (1997), com peculiar diretividade política.

Na perspectiva dos entrevistados, a questão sindical não possuía tanta força na constituição dos movimentos de moradia, à época e até atualmente, com pequena inserção na Zona Norte, expressando-se principalmente fora da cidade de São Paulo, em outras cidades da Região Metropolitana, como o ABCD Paulista. Em um detalhamento do relato sobre a Greve de 1979 por um dos entrevistados, observa-se que os movimentos que surgiam, na virada da década de 70 e 80, possuem uma história particular, que depois foram se organizando e ganhando diretrizes próprias. Representaria um momento de maior institucionalização da política, com tentativas de união dos movimentos populares e sindicais, processos frustrados e com ramificações que originam a CUT e posteriores “rachas”, como aquele que criou o CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), processo que define a origem dos próprios partidos vigentes atuais, em especial o PT. Os entrevistados evidenciam que tal formação seria constituída de cisões, expressa na não vinculação direta dos movimentos ao partido. Com isso tentava-se garantir certa autonomia e independência do movimento, mesmo que, indiretamente, houvesse um vínculo, uma ideia de “trabalhar por dentro e por fora”. A ideia não era aceita por todos os movimentos, havendo grupos que entendiam que a prática deveria

ser mais tática, enquanto outros mais vocacionada para o estratégico, ou seja, que teriam que ser propositivos, além de reivindicativos.

O tema a reter neste momento relaciona-se à formulação de propostas alternativas que inserem os movimentos sociais em nova perspectiva, de (tentativa de) intervenção nas políticas públicas e sua produção. Tal visão está vinculada a dois aspectos: 1. a perspectiva política das CEBs e de algumas vertentes partidárias, no PT e alguns ramos do PMDB; 2. Movimento político geral em que este processo se insere, em que partidos políticos e a sociedade civil debatem programas alternativos a serem colocados em prática, na perspectiva de ganhos eleitorais.

3. A organicidade constitutiva dos movimentos de moradia e o papel da hierarquia

Para as famílias que entraram no movimento social desde o final da década de 80, os discursos enfatizam que tal inserção relaciona-se a três motivos principais: os **laços familiares e de amizade** já existentes, o próprio **conhecimento pré-existente da existência dos movimentos sociais** e a **proximidade de um local** onde ocorrem reuniões do movimento de moradia. Há uma visão geral sobre as práticas e processos que levam à conquista da moradia através da ação no movimento de moradia, antes da entrada nos mesmos. Há uma semelhança nas falas que passa também pelo **tempo de luta por uma moradia** - “já faz dez anos” – o que implica que a luta por moradia é árdua e não imediata. Para outros, o processo pode se delongar, devido desistência de entrada ou continuidade de participação no movimento de moradia.

A desistência relaciona-se ao cansaço e desmotivação, a inadequação dos programas existentes para algumas famílias, e a insistência (porque não) em uma ideia de moradia digna. Ao mesmo tempo, a ciência de uma região com maior possibilidade de viabilização de moradia, e pode estar vinculado também ao maior sucesso de determinado movimento social, o que significa também um trânsito de pessoas entre os movimentos de moradia. Na cambiância entre desistir e continuar lutando, aos poucos, as pessoas podem se inserir cada vez mais nas práticas do movimento.

A forma de se organizar, que determina até atualmente a dialética do movimento de moradia, pode ser entendida como uma organização que se inicia com a formação dos “grupos de base” ou “grupos de origem”. Ao mesmo tempo, a forma de organização implica também as críticas à modalidade das práticas, direcionadas para uma maior enrijecimento, ou não, da função de liderança e das próprias condições de participação dentro do movimento de moradia. Dentre várias, enunciam três destas, 1. da UNMP e da FLM –MSTC; 2. MNLM, e

do 3. MTST:

. **UNMP-UMM e FLM-MSTC:** organização por grupos de base, com organização regional, em reuniões periódicas. Tais grupos formam coordenações, de base microrregional, nomeados movimentos de moradia, que se unem na conformação principal, de base estadual, a UMM, e, por sua vez, na base nacional, com a UNMP.

. **MTST:** organização através de um coletivo de coordenação que é esse conjunto de coordenadores que fazem parte de uma ocupação ou grupo de base. Tais coletivos organizam-se em base regional, unindo-se a coordenação de núcleos, que representam os grupos de base, alinhando-se com microrregiões ou cidades, por sua vez agregados no coletivo estadual.

. **MNLM:** há apenas a organização nacional, com a criação de coletivos estaduais, que são representações do movimento nacional, sem subdivisão em movimentos de caráter regional.

Os grupos de base são uma junção de pessoas de diversos locais, geralmente próximos entre si, organizados por alguma liderança que vai se conformando entre o grupo reunido ou através de outras lideranças formadas em outros grupos de base, por sua vez reunidos com objetivos comuns, relativos ao tema da moradia. Muitas vezes os grupos de base acabam se conformando como associações, formais e registradas, ou informais. O que se entende atualmente como movimento de moradia, de forma simplista, pode ser visto como a junção de várias associações e / ou grupos de base.

Esta organicidade, entre os diversos grupos de base e o movimento de moradia que os aglutina, conformado com suas lideranças, define os conflitos, as relações e os caminhos que o movimento de moradia acaba seguindo. Determina o “movimento” do movimento, e a busca da superação da ausência de direitos nos temas afeitos à autonomia, participação popular, crescimento político da base e de suas lideranças, etc. Não é simples a organicidade criada. A forma de viabilizar a (tentativa de) participação popular e permitir a (tentativa de) autonomia do coletivo conforma-se pela hierarquização de diversas assembleias e reuniões, com diferentes instâncias de decisão sobre os caminhos e soluções para o movimento de moradia. As assembleias são as instâncias privilegiadas de decisão e interlocução com o poder público.

As principais lideranças destes grupos de base, por vezes, estabelecem relações com outros grupos de base e outras lideranças, com objetivos comuns e complementares, conformando-se como um movimento social. Para tal, muitas vezes, aglutinam as diversas associações de diversas regiões, formando o que entendemos hoje como um “movimento de

moradia”. O papel das lideranças sempre expressa um conflito, expresso minimamente por dois aspectos: (1) a **manutenção da igualdade e construção de um domínio político comum** e (2) a **perpetuação de uma hierarquia** que garanta a institucionalização do movimento social. O conceito de autoridade, que perde em muitas das ações cotidianas dos movimentos sociais o sentido original proposto por Arendt (1993), pode assumir-se como coerção, garantindo a manutenção da estrutura original do movimento social.

4. A construção da identidade e (re)fundação de um Sujeito Político

Na visão dos entrevistados, o movimento de moradia **envolve os participantes em uma prática que não se resume apenas ao tema da moradia**, unindo a conquista de direitos, que seriam o papel fundamental do movimento, à própria conquista da moradia. Enquanto consequência, ganha centralidade o processo, mais que o produto e resultado final. O movimento de moradia luta pelo crescimento das pessoas envolvidas e cria um processo educativo voltado para a vida e cotidiano das famílias. Dessa forma, **as pessoas passam a entender seus direitos e deveres relativos a outros temas transversais aos trabalhadores**, como a educação, transporte e saúde. O esclarecimento seria o papel principal do movimento de moradia, enunciando que a centralidade encontra-se no processo cotidiano e o ganho organizativo decorrentes das práticas realizadas.

O conceito de “direito”, na visão dos entrevistados, está relacionado com a ideia de que cada família, cada cidadão, deveria conseguir realizar os desejos que possui, mas não apenas, deveriam lutar para que tal direito seja conquistado, de forma que o Governo realize o seu “dever”. Como o direito traduz-se em luta, tal luta não é individual, porque construída em um processo junto com “companheiros”, reunidos para realizar os sonhos que são, no limite, individuais, mas não alcançáveis através da prática cotidiana individual nos termos que são disponibilizados pelo Governo, para que tal luta se construa via os programas disponíveis e o alargamento do papel de tais programas, em decorrência das próprias práticas realizadas.

Outro tema é a capacidade de **dar força política para os participantes**, à demanda e às associações, que não é possível individualmente. A dificuldade que se encontra no Governo reflete na prática de construir união entre a demanda voltada para a pressão direcionada ao Governo. Esta pressão traz uma espécie de respaldo para a conquista da moradia, dos “sonhos” dos participantes, entenda-se, um objetivo comum.

Ainda assim, o movimento direciona-se à política e sua prática evoca ações sociais, que procuram envolver e esclarecer as famílias, porque o viés social destacado pelos

entrevistados, possui relação com a possibilidade de esclarecimento, que levaria a uma maior organização e politização. O entendimento tensiona-se entre a ideia de uma política (policy) de partido, e o próprio papel da política, enquanto manifestação coletiva de um debate que se realiza entre iguais (ARENDRT:1993), com respeito às diferenças e no âmbito público:

“O movimento ele dá totalmente uma estrutura... Politicamente, a gente... Eu não falo, politicamente, de partido, é... Falo, politicamente, de entendimento!”

“Então eu defendo que o movimento cada vez mais tem que **ficar longe da política, longe do aparelhamento político, não da política. A política está na nossa essência.** (...) Mas tem que se aperfeiçoar e se organizar para poder ter uma vida autônoma. (...) para ser um espaço de organização popular.”

Os discursos anteriores enfatizam o papel da construção de uma **identidade**, que se confronta não apenas com o posicionamento de confronto com o Estado, como já apontado, mas, na visão dos entrevistados, na diferença da prática construída quando confrontada com o observado em outros movimentos sociais. Dois temas motivam os movimentos de moradia e devem ser lembrados em suas práticas e ações. **A produção habitacional é a única maneira de sobrevivência do movimento.** Ela, em si, enuncia que determinados tipos de intervenção são possíveis e servem, minimamente enquanto “pilotos”, termo acadêmico que indica a própria individualidade da ação: vislumbra-se a possibilidade de organização das pessoas, a capacidade de apropriação da cidade, a introdução de temas novos como o centro, ou o próprio resgate da periferia. Ao mesmo tempo, apenas a construção de alguns projetos pontuais não introduz uma “marca” na cidade que mude sua dinâmica e direcione o olhar para a **construção de políticas públicas**, no conflito com a própria inserção dos movimentos de moradia nos programas disponíveis, entre a constituição da Política Habitacional e a visão geral de atendimento pontual.

Em linhas gerais, as mudanças e conquistas do movimento de moradia expressam um trajeto, por consequência, a distância do momento atual em comparação às “condições ideais” que os movimentos sociais lutam. Ou seja, há uma distância que traz dúvidas, recorrentemente, sobre as escolhas que o movimento social deveria eleger enquanto estratégia de luta. Mesmo que os resultados representem ganhos, estão distantes de um “projeto de sociedade” e mostram apenas um caminho, mostram o “possível”, e, anacronicamente, a distância deste projeto geral que o movimento social almeja:

“(…) **entre o ideal e o possível acaba sempre no possível, sempre no possível.**

A distância é muito grande e aí é por uma série de razões. E aí você tem duas opções, ou você faz o possível ou você não faz nada. Tem gente às vezes que opta

pelo não fazer nada, eu acho que o não fazer nada é o pior caminho, eu acho que você não deve descambar, porque já que não é assim, então vamos fazer do jeito que todo mundo faz mesmo, mas eu acho que também você não deve não fazer nada, você deve fazer alguma coisa que alguma diferença pelo menos faz.”

“ Mas se não tivesse rumo, a construção não tivesse este rumo, e na hora que chegasse no “isso é exequível”? Não sei, acho que não, mas se a construção não estiver neste rumo você vai estar, não sei o que a gente vai estar construindo. Então, eu fico muito contente, mas 50 famílias vão ter casa não sei aonde, e ótimo, muito bom, 50 famílias vão ter casa. Mas se este projeto não estiver envolvido o resto da sociedade, que muda por dentro as coisa, e muda o jeito de fazer as coisas.”

Apesar das conquistas, em projetos pontuais, a visão ressonante nas entrevistas é o posicionamento de fragilidade dos movimentos, que se relacionam à dificuldade crescente de viabilização de processos. Uma dificuldade é direta e decorre da morosidade e burocracia cotidiana, que levam os projetos a se estenderem por anos. Outra é geral e decorre do próprio recrudescimento do Estado, que criminaliza os movimentos e pontua que as práticas de luta direta levariam a maior dificuldade para viabilidade dos projetos.

Como o processo de oxigenação do movimento de moradia passa pela viabilidade de projetos individuais, parte dos mesmos significando a constituição de novos parâmetros para o processo de provisão habitacional, o resultado é um conflito entre os avanços alcançados no programa disponível e os processos que poderiam ser viabilizados em uma situação ideal. Em outras palavras, o conceito de necessidade, que permeia todo o processo, implica no aceite de determinadas condições da política constituída, tendo como pano de fundo que tal escolha pode implicar na constituição de referências, minimamente, ou abrir caminho para aprimoramento da própria política pública.

A tensão que se expressa cotidianamente na política instituída e seus resultados na produção do espaço da cidade de São Paulo, no que tange à prática dos movimentos de moradia, revela-se como a prática (policy) dos atores em diferentes posições e com detenção de poderes diversos na indução da política. A opção sempre decorre de uma autonomia que é relativa, uma vez que é um dos atores do processo, em geral aquele que se encontra na posição de maior fragilidade. O movimento sempre atua entre os polos “possível-disponível” e, contraditoriamente, o disponível permite dar um passo para o alcance do possível, mesmo que, posteriormente, (re)apropriado na Política Pública através de processos que se expressam muitas vezes por atos de dominação e poder, que acentuam a fragilidade do movimento, mas

também por atos de retomada de práticas “esquecidas” pelo movimento de moradia, o que permite também observar que a polaridade vício (Estado) e virtude (movimento social) também é um tema falacioso e complexo.

A mediação através do Estado une atores diversos, que por tal mediação não deixa de revelar suas preferências. Dessa forma, as práticas atuais garantem a continuidade da tensão em limites sustentáveis, de forma que os movimentos de moradia acentuam-se como elemento de sustentação política, embora, anacronicamente, as possíveis iniciativas que permitiriam redimensionamento do papel dos movimentos de moradia estejam cada vez mais sufocadas, com crescente inibição de agendas como a reforma urbana, a criação de um Sistema Nacional de Habitação e a evidenciação de uma “Política de Estado” com controle social.

Bibliografia

- ARENDDT, H. 1993. *A dignidade da política. Ensaios e conferências*. Rio de Janeiro, Relume-Dandaré.
- BONDUKI, N. 1987. *Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais*. São Paulo, dissertação FAUUSP.
- BOSI, E. 1973. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, EDUSP.
- CAMARGO, C.P.F., SOUZA, B.M. & PIERUCCI, A.F.O. IN: SINGER, P., & BRANT, V.C. (orgs.). 1980. *O Povo em movimento*. Petrópolis, Vozes.
- DOIMO, A.M 1997. *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dandaré.
- GOHN, M.G.M. 2000. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola.
- KOWARICK, L. et all. 1975. *São Paulo : crise e mudança*. São Paulo, PMSP: Brasiliense.
- LEFEBVRE, Henri. 1974. *La production de l'espace*. Anthropos, Paris.
- MARICATO, E. et all. 2000. *A cidade do pensamento único – desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.
- MARTINS, José de Souza. 2000. *As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares*. IN: *ESTUDOS AVANÇADOS* 14 (38), 268-278.
- MELUCCI, A. 1980. The new social movements: a theoretical approach. IN: *Social Science Information*. London, SAGE, 19:2, 199-226.

SADER, E. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SANTOS, A.L. T. 2010. *A prática dos movimentos de moradia na Produção do Espaço da cidade de São Paulo: os limites da participação e a (im)possibilidade de emancipação*. São Paulo, tese FAUUSP.

TOURAINÉ, A. 1985. An Introduction to the study of social movements. In: *Social Reserch*. 52:4, 750-787.